



A EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS INFLUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS LIBERDADES HUMANAS

Walace Rodrigues*
Suzana Salazar de Freitas Morais**
Priscila Araújo Fraga Castro***
Lucas Lopes Pinto****

RESUMO

Este escrito busca refletir sobre a participação do processo educacional na contribuição para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade brasileira. Sabemos que é uma herança histórica, desde o Brasil colônia, a educação está arraigada a interesses estritamente políticos e econômicos. Todavia, o processo educacional tem papel fundamental na formação de indivíduos livres e críticos de uma sociedade, na qual se tem priorizado o caráter formativo para o mercado de trabalho, com fins de maximização de renda e melhores índices econômicos. A metodologia utilizada é de cunho teórico e analítico, pautada em teoria bibliográfica. Os resultados mostram que a Educação ganhou importância para o desenvolvimento nacional atendendo aos interesses capitalistas, o que encadeou uma aceleração das desigualdades sociais, culturais e econômicas. Sendo assim, compreendemos que o conhecimento dos processos históricos em torno da educação brasileira pode auxiliar na (trans)formação de sujeitos críticos e empoderados.

* Pós-Doutor pela Universidade de Brasília – UnB/POSLIT. Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Licenciado em Educação Artística (história da arte) pela UERJ e com complementação pedagógica em Letras/Português e em Pedagogia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UNFT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) e da Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura (PPGL). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido – Tocantins – GESTO e no Grupo de Estudos e Pesquisa em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, ambos da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). CAPES/CNPq. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9082-5203> E-mail: walace@uft.edu.br.

** Docente no Ensino Superior no UNITPAC-TO. Especialista em Administração Escolar pela Universidade Salgado de Oliveira e em Gestão Educacional pela Universidade Católica de Brasília. Licenciada em Pedagogia pela PUC-Goiás e Bacharel em Direito pelo UNITPAC-TO. Professora de Educação Básica na Secretaria Estadual de Educação do Tocantins e Docente no Ensino Superior no UNITPAC-TO. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0153-6486> E-mail: suzanasfm@gmail.com

*** Especialista em Direito Constitucional Aplicado pelo Damásio Educacional e em Docência Universitária pelo Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC). Bacharel em Direito pelo UNITPAC-TO. Docente no Ensino Superior no UNITPAC. Pesquisadora na linha de pesquisa Institucional do UNITPAC: Educação, Direito, Gestão e Cultura. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7075-6725> E-mail: priscilafraga.adv@gmail.com

**** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da UFNT, campus Araguaína, graduado em Letras pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8819-7893> E-mail: lucasdopa33@gmail.com

Palavras-chave: Desenvolvimento; Formação; Sujeitos; Processo educacional.

BASIC EDUCATION AND ITS INFLUENCES FOR THE DEVELOPMENT OF HUMAN FREEDOMS

ABSTRACT

This paper seeks to think on the participation of the educational process in contributing to the development of people and Brazilian society. We know that it is a historical heritage, since colonial Brazil, that education is rooted in strictly political and economic interests. However, the educational process has a fundamental role in the formation of free and critical individuals in a society, in which the educational character of the labor market has been prioritized, with the purpose of maximizing income and improving economic indices. The methodology used is theoretical and analytical, based on bibliographical theory. The results show that Education gained importance for national development, serving capitalist interests, which led to an acceleration of social, cultural and economic inequalities. Therefore, we understand that knowledge of the historical processes surrounding Brazilian education can help in the (trans)formation of the critical and empowered subject.

Keywords: Development; Formation; Subjects; Educational process.

LA EDUCACIÓN BÁSICA Y SUS INFLUENCIAS PARA DESARROLLO DE LAS LIBERTADES HUMANAS

RESUMEN

Este artículo busca reflexionar sobre la participación del proceso educativo en la contribución al desarrollo de las personas y la sociedad brasileña. Sabemos que es un patrimonio histórico, desde el Brasil colonial, que la educación tiene sus raíces en intereses estrictamente políticos y económicos. Sin embargo, el proceso educativo tiene un papel fundamental en la formación de individuos libres y críticos con una sociedad, en la que se ha priorizado el carácter educativo del mercado laboral, con el objetivo de maximizar los ingresos y mejorar los índices económicos. La metodología utilizada es teórica y analítica, basada en la teoría bibliográfica. Los resultados muestran que la Educación ganó importancia para el desarrollo nacional, al servicio de los intereses capitalistas, lo que condujo a una aceleración de las desigualdades sociales, culturales y económicas. Por tanto, entendemos que el conocimiento de los procesos históricos en torno a la educación brasileña puede ayudar en la (trans)formación del sujeto crítico y empoderado.

Palabras clave: Desarrollo; Formación; Personas; Proceso educativo.

INTRODUÇÃO

Este artigo nasce a partir de reflexões sobre o processo educacional historicamente implantado no Brasil para fins de interesses políticos e econômicos. Desse modo, nos interessa compreender como os mecanismos da educação se consolidaram para o desenvolvimento do sujeito enquanto cidadão.

Buscamos aqui explicitar como a educação não está somente direcionada para um crescimento econômico, mas alinhada à qualificação da mão de obra e direcionada, principalmente, para o mercado de trabalho. Todavia, entende-se que as políticas educacionais podem ser guiadas para o desenvolvimento humano, oportunizando ao cidadão o direito de transformar sua realidade intelectual, cultural e socioeconômica.

A metodologia utilizada para este escrito caracterizou-se pela revisão de cunho qualitativo, embasada nos princípios da pesquisa bibliográfica. Os autores que nos auxiliaram a pensar sobre este tema foram: Rodrigues e Gomes (2020), Sen (2000, 2010, 2015), Bessa (2008), Santos (2011), Furtado (1992, 2000), entre outros.

SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL, DESENVOLVIMENTO E QUESTÕES SOCIAIS

Historicamente, a educação no Brasil tem raízes vindas do sistema educacional europeu, em especial, de Portugal. Tal fato, fez com que a educação ajudasse a estabelecer ou intensificar a separação social em diferentes classes. É importante destacar que tais classes constituíam um sistema de organização social em que o indivíduo tinha pouca possibilidade de ascensão social. Com o pacto colonial, a escola teve sua gênese com fins de “impor e preservar a cultura transplantada” (ROMANELLI, 1980, p. 23) dos padrões europeus.

Considera-se que foi a partir do século XVI, com a vinda dos jesuítas para a catequização dos índios e, posteriormente, na alfabetização dos que aqui viviam, baseado no ensino religioso, que a “educação tinha um significado específico, relacionava-se a apropriação de cultura grega e latina sem uma preocupação com as questões contemporâneas e/ou com a vida cotidiana” (SANTOS, 2011, p. 292). Ana Mae Barbosa (1995) relata:

Os anos anteriores de dominação tinham sido muito degradadores, como, em geral, o foi a colonização europeia. Proibidos de termos imprensa, escolas superiores e mesmo um ensino primário e secundário organizado, **fomos domados pelos jesuítas** e mesmo eles terminaram por ser expulsos do Brasil pelo poder central, configurado pelo Marquês de Pombal (BARBOSA, 1995, p. 59, grifo nosso).

A partir da citação de Barbosa, podemos verificar a concepção de mundo jesuítica (e europeia em geral), que pensava os indígenas como “feras” selvagens (“fomos domados”) em oposição à humanidade desses religiosos. Essa dicotomia animalidade versus humanidade foi a primeira concepção estereotipada e racista com a qual tomamos contato e que ainda persistem, de certo modo, em nossa sociedade.

Em relação aos indígenas, vemos que foram “cobaias” de uma educação imposta com fundo moral e religioso pelos jesuítas, desconsiderando suas tradições, costumes e culturas. Desse modo, concordamos com Rodrigues e Gomes (2020, p. 87) quando dizem que “a educação jesuítica tomou conta do período colonial brasileiro, subjugando religiosamente os indígenas e tentando ofertar uma educação ‘escolar’ tradicional cristã”.

Ainda, com a mudança da Corte de Portugal para o Brasil colônia, iniciou-se um processo de estruturação da educação voltada para a elite real.

Foi com a chegada da Corte de Dom João VI que importantes instituições educacionais foram constituídas, mas sempre para o benefício dos nobres e dos mais abastados financeiramente. A desigualdade começou a instalar-se profundamente no seio do sistema educacional promovido pelo governo colonial (RODRIGUES; GOMES, 2020, p. 89).

Com a construção de escolas, de faculdades e de implantação de cursos superiores, criados para suprir necessidades da corte, a população pobre, os escravos e os nativos foram escanteados. Nesse sentido, houve um aceleração de criação de estruturas para receber o ensino superior, como a “Faculdade de Medicina, para preparar médicos para cuidar da saúde da corte; Faculdades de Direito, para preparar a elite política local; Escola Militar, para defender o país de invasores e uma Academia de Belas-Artes” (BARBOSA, 1995, p. 60).

Com isso, somente em 1837, com D. Pedro II, foi criada e promulgada a lei que regulamentava o processo educacional no Brasil. Todavia, não amenizava o distanciamento dos excluídos para terem acesso à educação pública (RODRIGUES e GOMES, 2020).

A reforma da instrução primária realizada em 1837 na província do Rio de Janeiro, por exemplo, proibia a frequência à escola daqueles que sofressem de moléstias contagiosas, dos escravos e dos pretos africanos, ainda que livres e libertos. Some-se ainda, a essa realidade, o fato de que a população pobre e negra era maioria apenas nas escolas primárias, sendo que em níveis mais elevados do ensino apontasse a predominância de pessoas brancas provenientes das elites da época (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, pp. 236-237).

Dentro do panorama mencionado, é perceptível que o formato educacional estabelecido aqui desde o Brasil colônia visava à manutenção de um sistema que privilegiasse os anseios das elites e, ao mesmo tempo, tornava-se um instrumento de segregação social por meio de um processo excludente, no qual quem estudava se tornava “detentor de uma cultura socialmente reconhecida e valorada dentro de certo grupo socialmente constituído. Era uma Educação de ornamento” (SANTOS, 2011, p. 292-293).

Assim, a educação formal no Brasil colônia e império descartava as possibilidades de transformação dos sujeitos mais vulneráveis, desconsiderando suas histórias, suas identidades, suas crenças, seus saberes e suas culturas. Algo que perdurou por muito tempo em nosso país.

Nesse caminho, Freire (1997) mostra-nos a importância que o diálogo e a comunicação devem ter no processo educacional humanista, já que viemos de uma história da educação e do desenvolvimento do Brasil autoritários e impositivos:

A concepção humanista, que recusa os depósitos, a mera dissertação ou narração dos fragmentos isolados da realidade, realiza-se através de uma constante problematização do homem-mundo. Seu que fazer é problematizador, jamais dissertador ou depositador. Assim como a concepção recém-criticada, em alguns de seus ângulos, não pode operar a superação da contradição educador-educando, a concepção humanista parte da necessidade de fazê-lo. E essa necessidade lhe é imposta na medida mesma em que encara o homem como ser de opções. Um ser cujo ponto de decisão está ou deve estar nele, em suas relações com o mundo e com os outros. Para realizar tal, superação, existência que é a essência fenomênica da educação, que é sua dialogicidade, a educação se faz então diálogo, comunicação. E, se é diálogo, as relações entre seus polos já não podem ser as de contrários antagônicos, mas de polos que conciliam (FREIRE, 1997, p. 14).

Sobre o desenvolvimento social no Brasil, há muitos que consideram as expressões “crescimento econômico” e “desenvolvimento” como sinônimos. Todavia, esse processo vai além, incluindo outras nomenclaturas e fatores. Sendo assim, Nogueira (2009, *apud* GUMBOWSKY e ASSUNÇÃO, 2019) vem dizer que essa ideia não pode se restringir em um único sentido.

Já chegamos a um ponto da discussão em que aprendemos a **distinguir desenvolvimento de crescimento**. Não faz muito sentido, hoje em dia, falar somente de crescimento, ainda que todo processo de desenvolvimento tenha, de modo inevitável, uma dimensão fortemente concentrada na expansão econômica. O conceito de desenvolvimento tem um componente “qualitativo” forte, com o que adquire outro estatuto. Ele é um fato muito mais abrangente e complexo, que envolve e exige uma ideia de sociedade, de comunidade política, de justiça social, de Estado e de economia (NOGUEIRA, 2009, p. 47 *apud* GUMBOWSKY e ASSUNÇÃO, 2019, p. 189, grifo nosso).

Com isso, é preciso considerar que o desenvolvimento está relacionado com outros condicionantes para além dos econômicos, ajudando a compor um dinamismo social. Como destaca Ignacy Sachs (1997, pp. 215-216), desenvolvimento é “um conceito abrangente, diferente de crescimento econômico, ainda considerado uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, incluindo as dimensões éticas, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente inter-relacionadas e formando um todo”.

Em complemento, citamos Dallabrida (2010), que apresenta o desenvolvimento em forma de:

Um processo de mudança estrutural, situado no histórico e territorialmente caracterizado pela dinamização. Assim entendido, como processo, o desenvolvimento não se apresenta como um estágio a ser galgado, um modelo a ser seguido. Talvez seja até equivocado falar-se em regiões desenvolvidas e não desenvolvidas! Ou seja, seria mais adequado falar-se em regiões em processo de desenvolvimento, onde em algumas encontramos um maior dinamismo, com um projeto de futuro

definido, construído coletivamente em todos os momentos de sua história, logo, com maior capacidade de proporcionar condições socioeconômicas qualificadas e uma boa qualidade de vida ao conjunto de sua população (DALLABRIDA, 2010, p. 17, grifo nosso).

No Brasil, no início da década 1950, o processo de desenvolvimento foi associado ao plano meramente econômico. Nas décadas seguintes, em especial com regime ditatorial, a partir de 1970, o processo de desenvolvimento foi aliado ao de industrialização, isso como tentativa de expansão do crescimento econômico no território nacional. No combate à inflação e ameaças à segurança nacional, as fronteiras foram abertas às empresas/fábricas multinacionais advindas de outros países com fins de investimentos e lucratividade, como nos informa Bessa (2008):

Havia, nessa época, um grande interesse de investidores externos no Brasil, uma vez que o nosso país tinha um mercado promissor e mão-de-obra barata. Esse novo panorama econômico do Brasil permitiu a entrada de indústrias estrangeiras em território nacional e fez aflorar movimentos em prol da promoção da cultura popular, entre outros (BESSA, 2008, p. 20).

Nesses tempos, Celso Furtado, um economista, veio nos apresentar teorias de desenvolvimento com viés econômico. Ele as classifica como “esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social” (FURTADO, 1992, p. 39). Sua teorização cita pelo menos três dimensões básicas:

A do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico (FURTADO, 2000, p. 22).

Furtado (2000), veio dimensionando o desenvolvimento econômico atrelado ao social. Desse modo, o processo de desenvolvimento de uma sociedade não é indiferente à composição social e nem à “formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação é concebível sem preparação ideológica” (FURTADO, 2000, p. 22).

Nesse ponto, a ditadura, com uma ideologia de repressão e controle social, sistematizou e conduziu políticas voltadas para a industrialização. A visão de desenvolvimento de então era para fins econômicos e não para a transformação social dos brasileiros. Situação compreendida como “armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas” (SACHS, 2004, p. 26).

No referido período de repressão e controle dos brasileiros, a política de desenvolvimento não considerou as potencialidades regionais para fins de crescimento do bem-estar social. Não oportunizam às pessoas acesso à educação igualitária, aos empregos com bons salários, saúde, moradia, saneamento, terras para os pequenos agricultores, distribuição de renda de forma justa, amparo social, entre outros pontos. Os militares ignoraram esses fatores de transformação social e priorizaram o desenvolvimento acelerado para fins de “modernização dos padrões de consumo” (FURTADO, 2000, p. 27).

Desse modo, verificamos que a sociedade que realmente passa pelo processo de desenvolvimento, de acordo com o pensamento dominante, “é aquela capaz de garantir o crescimento da produção, do consumo e da renda. Nessa perspectiva, a meta do desenvolvimento é uma sociedade industrial urbana, cujo moderno é medido de acordo com o nível de industrialização e urbanização da sociedade” (SANTOS *et al.* 2012, p. 51).

Assim, o desenvolvimento humano fica à mercê de uma política que desconsidera o bem-estar do ser humano, como dignidade de uma moradia decente, acesso a serviços básicos de saúde e de uma educação transformadora.

Dessa forma, o desenvolvimento com objetivos para aumentar os índices econômicos “foi e continua a ser, em grande parte, uma abordagem de cima para baixo, eurocêntrica, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e para baixo em gráficos de progresso” (ESCOBAR, 1995, p. 44).

Vale destacar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido a partir de três indicadores basilares: renda, saúde e educação, e que vários países adotaram e começaram a utilizar como base de dados nacionais para fomentar as políticas de crescimento voltadas para esse paradigma do desenvolvimento humano, como nos mostra Sen (2015):

O desenvolvimento pode ser visto, argumenta-se aqui, como um processo de expansão das liberdades reais de que desfrutam as pessoas. Enfocar a liberdade humana contrasta com concepções mais estreitas do desenvolvimento, como as que o identificam com o crescimento do produto nacional bruto ou com o aumento da renda pessoal, ou com a industrialização, ou com o avanço tecnológico, ou com a modernização social [...] Ver o desenvolvimento em termos da expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que tornam o desenvolvimento importante, antes que meramente para os meios, que, *inter alia*, cumprem parte proeminente no processo (SEN, 2015, p. 16).

Para Sen (2015), o desenvolvimento, propriamente dito, está em discordância com as desigualdades guiadas por um sistema desonesto. Suas abordagens centram o homem

como principal beneficiador desse processo, no estímulo de suas capacidades para alcançar as “liberdades substantivas”.

Esse desenvolvimento vai de encontro ao paradigma capitalista imposto pela sociedade, na qual provoca disparidades de diferenças entre classes, exigindo aumento do nível de produtividade e influenciam padrões de consumo. Embora Sen (2000) reconheça que os índices econômicos são importantes para o processo de entendimento de necessidades e a criação de políticas públicas, ele compreende que o desenvolvimento de um país tem que estar pautado nas liberdades substantivas e no aprimoramento das capacidades do sujeito.

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumento especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importantes, em vez de restringi-la a alguns dos meios (SEN, 2000, p. 17-18, grifo nosso).

Nesse sentido, verificamos que o fator de crescimento econômico é importante para o desenvolvimento, mas não pode “sensatamente ser considerado um fim em si mesmo” (SEN, 2015, p. 29), pois o “desenvolvimento acontece com a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17). Em suma, Sen (2010) aponta que:

[...] o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam e que neste processo tem buscado combater fontes de privação dessas liberdades, como **pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligências dos serviços públicos** (SEN, 2010, p. 16, grifo nosso).

Portanto, “o desenvolvimento deve visar acima de tudo à expansão da liberdade dos indivíduos” (PINHEIRO, 2012, p. 16) para que haja alargamento das oportunidades, em que os sujeitos sejam capazes de fazer suas escolhas de acordo com seus desejos pessoais e coletivos, na busca do bem-estar e conforme as necessidades de cada sujeito. Dessa forma, compreendemos que o desenvolvimento está para além dos indicadores econômicos, aportados em ganhos de capital e de aumento de produção. Todavia, concedendo às pessoas, oportunidades sociais para desenvolver suas capacidades e para exercer suas liberdades substantivas.

SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Compreendendo o conceito de desenvolvimento, partimos, então, para compreender o papel da educação para o desenvolvimento do homem. O conhecimento científico, por meio da educação, transformou mentalidades, visões de mundo e comportamentos sociais, onde as práticas educacionais passaram a funcionar como sistema explicativo dos fenômenos naturais.

A educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade [...] com base nesse entendimento, a prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade (LIBÂNIO, 1998, p. 71).

Amartya Sen (2015) vem nos fornecer alternativas de desenvolvimento do sujeito, deixando um pouco de lado o crescimento econômico com base para esse processo. Para o autor, essa dinâmica centralizada na liberdade do indivíduo e no desenvolvimento do bem-estar ocorre por meio das expansões de suas liberdades e na ampliação de suas capacidades.

[...] a expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento [...] **As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações com a fome, a subnutrição, a morbidez evitável, a morte prematura, bem como liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc** (SEN, 2015, p. 55, grifo nosso).

Seguindo esse pensamento, o papel da educação é essencial para o desenvolvimento do sujeito e do país, visto que é a partir da educação escolar básica que as crianças iniciam seus caminhos pelo mundo da criticidade de pensamentos e de fazeres. Pensar, portanto, sobre a importância da educação básica é pensar sobre uma boa formação de pilares éticos, filosóficos, teóricos, comportamentais etc., que acompanharão a vida dos estudantes.

Lembramos que a educação básica começa na Educação Infantil e vai até o Ensino Médio, sendo um período de fundamental relevância na formação e na transformação dos estudantes em direção ao trabalho e à formação humana.

Podemos, ainda, avançar muito nas relações democráticas de trocas, ações e diálogos a partir das escolas de educação básica, como bem nos diz Freire em relação às atitudes práticas que a educação pode auxiliar-nos a partir de nossas realidades, pois o educando:

[...] quanto mais conhecer, criticamente, as condições concretas, objetivas, de seu aqui e de seu agora, de sua realidade, mais poderá realizar a busca, mediante a transformação da realidade. Precisamente porque sua posição fundamental é, repetindo Marcel, a de “estar em situação”, ao debruçar-se reflexivamente sobre a “situacionalidade”, conhecendo-a criticamente, insere-se nela. Quanto mais inserido, e não puramente adaptado à realidade concreta, mais se tornará sujeito das modificações, mais se afirmará como um ser de opções (FREIRE, 1997, p. 12).

No entanto, no Brasil, a educação nunca foi concebida como meio de prover liberdades, de colaborar nas modificações sociais, de bem-estar, de livre formação e de expressão do pensamento. Ao contrário, desde a educação jesuítica colonial, a finalidade de perpetuação dos interesses de uma minoria (elite) sobre a maioria dos brasileiros, sempre pautou o objetivo maior da nossa oferta do ensino.

Na era da industrialização brasileira, a partir da década 1960, a classe dos trabalhadores, dos estudantes e afins precisavam se especializar para poderem ingressar no mercado de trabalho emergente em nosso país, atendendo a um chamamento político de que o governo estava cumprindo a sua parte em trazer “oportunidades de desenvolvimento”, mas a população precisava atender a esse chamado, fazendo parte de uma escola que preparava mão de obra para atender a interesses de grandes empresas estrangeiras.

Desse modo, nos anos de 1960, “o Brasil já não era mais agrário e a industrialização crescia apoiada, inclusive, pelo operariado, que considerava o processo de industrialização responsável pelo aparecimento de novos empregos” (BESSA, 2008, p. 22).

As mudanças das políticas educacionais de então foram direcionadas para atender ao mercado, na formação de trabalhadores para atuarem nas indústrias que se instalaram, principalmente no sudeste do país. Bessa (2008) continua:

[...] o sistema educacional foi o *locus* de desenvolvimento da idéia de exploração do trabalho por meio da aplicação das Leis 5.540/68 e 5.692/71. As reformas educacionais promovidas por estas leis instituíram modos de funcionamento burocratizado e desligado das questões sociais mais amplas, dando corpo ao que conhecemos como pedagogia tecnicista [...] partir da base técnica de produção taylorista/fordista, era tida como o modelo de educação capaz de preparar tecnicamente profissionais para assumirem os postos nas linhas de produção, na operação de máquinas e no gerenciamento de pessoas e visava à separação do intelectual do instrumental, delimitando funções para trabalhadores e para dirigentes (BESSA, 2008, p. 22, grifo nosso).

Desse modo, um processo educacional voltado para fins limitados, apenas para o mercado de trabalho e para inflar os indicadores econômicos, provocou (ou intensificou) fraturas sociais, dentre elas, a vulnerabilidade na educação básica. A dinâmica do ensino tornou-se recheada de precariedades sistêmicas, frutos de políticas públicas deficientes para o desenvolvimento social do país. Corroborando com Rodrigues (2017), vemos que:

Partindo das definições do IPEA, podemos pensar no conceito de vulnerabilidade educacional, remetendo à insuficiência de oportunidades educacionais, o que prejudica os indivíduos em sua prosperidade e desenvolvimento sociais. A oferta precária de educação, com poucas e mal cuidadas escolas públicas, falta de professores, ausência ou insuficiência de merenda escolar, grandes distâncias entre casa e escola, entre outros fatores, podem ser considerados como problemas de vulnerabilidade educacional (RODRIGUES, 2017, p. 20).

Partindo desse ponto, percebemos que a necessidade da “oferta precária de educação” no sistema educacional brasileiro precisa ser vencida com ações e políticas públicas assertivas para o processo de desenvolvimento das pessoas. Isso por meio de uma educação qualitativa na expansão das capacidades e das liberdades substanciais dos indivíduos.

Portanto, entendemos que a educação básica deve proporcionar benefícios e dar liberdades de escolha às pessoas que são favorecidas por meio dessa educação, provocando transformações sociais como: redução da fecundidade e mortalidade, acesso à saúde, ampliação das oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, entre outras (cf. SEN, 2000). Ainda, os benefícios dessa educação libertadora podem ser estendidos para outras pessoas que são próximas de quem se beneficia com tal educação.

Com isso, entendemos que a educação, como forma de liberdade substantiva para o desenvolvimento humano, deve desempenhar seu valor intrínseco, auxiliando na expansão das capacidades dos indivíduos para a formação individual e coletiva. Habilitando-os para participar de forma ativa das transformações sociais, no que se refere ao desenvolvimento do país e em melhores condições de vida para si e os seus.

Percebemos que os países que investiram na educação enquanto essência do ser humano construíram, em suas histórias, caminhos de crescimento e de desenvolvimento das pessoas, do seu ambiente, de suas relações sociais e, como consequência disso, colheram frutos como o desenvolvimento econômico, político e social. Assim, podemos entender que os países mais desenvolvidos “possuem elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e detêm considerável qualidade na educação e respeito, defendem o cumprimento das leis, punem a corrupção, impedem regalias e praticam a cidadania, em decorrência, desenvolvem-se” (SALLES, 2006 *apud* SOUSA, FREIESLEBEN, 2018, p. 170).

Vemos que, para que haja desenvolvimento num país, na esfera econômica e social, a educação é uma das ferramentas para o sucesso desse processo. Nesse sentido, a educação deve ser libertadora. Segundo Freire (1980, p. 69), “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Esse encontro deve ser pautado na criticidade, na livre expressão, no respeito às diversidades e no tempo e no espaço de cada um dessa relação. Esse processo educativo libertador deve trazer significados para a transformação dos sujeitos e, conseqüentemente, para a transformação da sociedade.

Rodrigues (2021), pensando a partir das teorias de Paulo Freire, mostra-nos que a educação básica deve auxiliar na ressignificação da vida dos educandos, agindo na transformação de suas ações e afetos:

Para Freire, a educação deve valorizar os saberes e fazeres dos indivíduos e partir destes para levar a uma ressignificação de suas vidas. Por este viés, a mudança de olhares em relação ao mundo que cerca o estudante faz com que este se torne mais crítico de suas condições sociais, econômicas, políticas, educacionais etc.

Isso diretamente faz com que as pessoas conscientes e críticas se rebelam contra as injustiças, algo que, por exemplo, o regime militar brasileiro, como um regime autoritário, não desejava que acontecesse (RODRIGUES, 2021, p. 104).

Desse modo, o processo educacional precisa transformar as pessoas em sujeitos livres, desenvolver suas habilidades, expandir suas competências e ampliar suas capacidades para que atinjam liberdades substantivas (SEN, 2000). Dessa forma, Morin (1995, p. 60), diz-nos que “o ser humano vive a construção de sua própria identidade, que pressupõe a liberdade e a autonomia, para tornar-se sujeito, a partir [...], da família, da escola, da linguagem, da cultura, da sociedade”. Nessa perspectiva, a educação é um direito humano que proporciona ao sujeito a possibilidade de formar-se, criticamente, para o exercício da cidadania; só assim veremos a diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Também, para que haja desenvolvimento de um país de forma sustentável, concordamos com a visão de Debraj Ray (*apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA; MORAES, 2016, p. 4), o qual destaca que “um país desenvolvido é de que seja aquele onde exista, além da alta capacidade financeira, também as pessoas sejam nele bem alimentadas, tenham opções de lazer e entretenimento, possuam acesso a bens materiais, livres de preconceitos e com níveis de igualdades razoáveis”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto buscou compreender as relações da educação básica com desenvolvimento do país e, conseqüentemente, dos indivíduos. Sabemos que a educação ganhou importância para o desenvolvimento nacional para atender aos interesses econômicos, o que encadeou uma aceleração das desigualdades sociais, culturais e econômicas que se arrastam até os dias de hoje.

Como pensado por Sen (2015), entendemos que o desenvolvimento do sujeito precisa estar relacionado com suas capacidades, vontades e liberdades substanciais. Que, por meio da educação igualitária, possamos superar a compreensão de que a educação somente nos serve para a promoção econômica e acréscimo de renda. A educação deve atuar de forma sustentável para propiciar condições do sujeito a ter oportunidades de acesso aos padrões de qualidades sociais.

Nesse sentido, o caminho do desenvolvimento do Brasil testemunha que, ainda hoje, somos uma sociedade acorrentada a uma minoria dominante, que determina e subjuga uma maioria dominada, dissimulando um desenvolvimento mercantilista e eleitoreiro. Nesse sentido, vemos que as elites não desejam uma educação verdadeiramente libertadora

e que aumente as capacidades e as liberdades das pessoas, mas uma educação que as acorrente a um sistema de subjugação e inferiorização.

Resta-nos investir em um espaço em que ainda é possível dentro da educação básica: esclarecer, provocar, instigar e contribuir para uma visão crítica de mundo e das realidades dos estudantes, entendendo que a educação é sim um processo de transformação pessoal e humanizador. Uma oferta de educação básica eficiente pode transformar/ressignificar toda a sociedade em um espaço de relações baseadas nas ciências, na ética, no diálogo, na criticidade etc, além de proverem capacidades para que as pessoas possam ter a liberdade para acessar patamares sociais e educacionais melhores.

E esse espaço onde transformações em direção às liberdades podem ocorrer pode muito bem ser a escola básica e os personagens desse processo (professor, estudante, direção, pessoal de limpeza e de apoio etc.) detêm as ferramentas de transformação e de empoderamento dos envolvidos.

Como nos dizem Silva e Rodrigues (2018. p. 511), a educação atual deve “reeducar” as pessoas: “por meio da educação e do reconhecimento da importância do outro, alcançar uma identidade cultural sensibilizada, tolerante e mais humana com relação às diferenças e diversidades.”

Por fim, vemos que a educação libertadora, ensinada por Paulo Freire, vai de encontro às proposições de desenvolvimento social com vistas às liberdades dos indivíduos, como mostrado por Amartya Sen, pois não há desenvolvimento social de um país sem a expansão das capacidades das pessoas de escolherem sobre seus destinos e colocando-se como sujeitos históricos de seu tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. **Revista Grifos** – n. 36/37 – 2014, pp. 117-126. Disponível em: file:///F:/Downloads/2540-Texto%20do%20Artigo-10850-1-10-20160104.pdf. Acesso em: 05 mai. 2021.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**. V. 10, n. 2, 2016, pág. 234-246. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.14244/198271991459>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação pós colonialista no Brasil: aprendizagem triangular. **Comunicação & Educação**, (2), 1995, pág. 59-64. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/36136>. Acesso em 07 mai. 2021.

BESSA, Valéria da Hora. **Teorias da aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. Políticas de economía, ambiente y sociedade y tiempos de globalización. Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2005, p. 17-31.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 69.

FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. **Revista da FAEDEB.** Faculdade de Educação do Estado da Bahia. Ano 6 N. 7, Edição de Homenagem a Paulo Freire. Salvador-BA ISSN 0104-7043, UNEB, p. 9-32, Jan/Jun 1997.

FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado.** Economia e Sociedade, Campinas, n. 1, p. 5-19, ago. 1992.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MORIN, Edgar. **A educação e a complexidade do ser e do saber.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

NOGUEIRA, Salvador; CANALLE, João Batista Garcia. **Explorando o ensino.** V. 11. Brasília: MEC, SEB; MCT, AEB, 2009.

OLIVEIRA, Marcelo; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido.; MORAES, Marcela Barbosa de. A Relação Entre Educação e Desenvolvimento. In: **Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento**; 7. 2016. Taubaté. Anais. UNITAU – Universidade de Taubaté, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316605914_A_RELACAO_ENTRE_EDUCACAO_E_DESENVOLVIMENTO. Acesso em: 05 mai. 2021.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As Liberdades Humanas como Bases do Desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen.** Rio de Janeiro, 2012. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/989/1/TD_1794.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. **A educação pública antes da independência.** In: Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 32-47, v. 1.

RODRIGUES, Wallace. Considerações sobre os ensinamentos antiautoritários de Paulo Freire. **Revista Anthesis.** UFAC, v. 9, n. 18, p. 96-106, 2021. Dossiê Paulo Freire centenário: a relação dialógica como processo de emancipação. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/anthesis/article/view/5149> Acesso em: 19 jan. 2022.

RODRIGUES, Wallace. Lançando um olhar relacional para a vulnerabilidade educacional e a educação popular. **Revista Didática Sistemática**, ISSN 1809-3108 v. 19, n. 1, p. 17-28, 2017.

RODRIGUES, Wallace, GOMES, Jairon. Barbosa. Os rastros históricos das vulnerabilidades educacionais brasileiras. **FACIT – JBT.** 2020; ISSN 2526-4281 17(3): pág. 85-97. Disponível em: <http://revistas.faculadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/631/472>. Acesso em 01 mai. 2021.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973).** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? **Estud. av.** Vol. 11, no. 30, São Paulo, mai/ago 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9004/10556>. Acesso em 06 mai. 2021.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. Revisitando o desenvolvimento no século XXI. **International Journal of Political Economy**, v. 38, 2009. n. 3, pp. 5-21, Outono.

SANTOS, Benerval Pinheiro. A escola brasileira: um mecanismo de triagem social. IN: **Educação popular em tempos de inclusão: pesquisa e intervenção**. SANTOS, Benerval Pinheiro; NOVAIS, Gercina Santana; SILVA, Lázara Cristina da (org.). Uberlândia: EDUFU, 2011, pág. 291-315.

SANTOS, Elinaldo Leal. BRAGA, Vitor. SANTOS, Reginaldo Souza. BRAGA, Alexandra Maria da Silva. **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. DRD – Desenvolvimento Regional em debate Ano 2, n. 1, jul. 2012. file:///F:/Downloads/revistasunc-artigo-n.-3-segunda-edio-desenvolvimento-revisado.pdf . Acesso em: 21 abr. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de bolso, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de bolso, 2015.

SILVA, Haleks Marques; RODRIGUES, Wallace. Através da tolerância e do respeito à diversidade: uma educação para reeducar o homem atual. **Revista Entreletras (Araguaína)**. V. 9, n. 2, p. 501-513, jul./set. 2018.

SOUSA, Flávio Eliziario de. FREIESLEBEN, Mariane. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 163-178, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/571/483>. Acesso em: 30 mai. 2021.